

Motta envia à CCJ processo de cassação de Zambelli

Itália recebe pedido para prendê-la e extraditá-la

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), encaminhou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa o processo que determina a cassação do mandato da deputada licenciada Carla Zambelli (PL-SP), nesta quinta-feira (12). Agora, cabe à comissão agendar uma sessão para começar a discutir a medida. Ela terá o prazo de cinco sessões da CCJ, a partir do momento em que for notificada, para apresentar sua defesa aos parlamentares. Nesta quinta-feira, Hugo Motta também comunicou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento do salário e a verba de gabinete da parlamentar enquanto ela está com o mandato suspenso.

No começo da semana, na segunda-feira (9), Hugo Motta disse que acataria a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de declarar a cassação do mandato da deputada sem submeter o assunto ao plenário. Porém, no dia seguinte, ele mudou de ideia e declarou que a decisão de cassar ou não o mandato da congressista cabe ao poder Legislativo e não Judiciário.

“Vamos notificar para que ela possa se defender, e a palavra final será do plenário”, disse o presidente da Câmara durante sessão em plenário na terça-feira (10). “Acho que houve uma confusão, precipitação da minha avaliação. Decisão poderia ser cumprida pela Mesa ou pelo plenário. O plenário é quem tem legitimidade



Lula Marques/Agência Brasil

Expectativa é que Zambelli seja presa a qualquer momento

de dessa Casa, é o plenário que decide para onde essa Casa vai e ele é soberano, está acima de qualquer um de nós”, ele completou.

Extradicação

A expectativa é que Carla Zambelli seja presa a qualquer momento. Nesta quarta-feira (11), o Ministério da Justiça e Segurança Pública, após determinação do ministro Alexandre de Moraes, encaminhou ao Ministério de Relações Exteriores o pedido de extradição da deputada federal licenciada. Na última quinta-feira (5) foi confirmado que Zambelli deu entrada com passaporte na Itália, que foi levado a conhecimento das autoridades brasileiras e da Interpol.

Nesta quinta-feira, o embaixador do Brasil na Itália, Renato Mosca, comunicou que entregou o pedido de extradição ao

“Farnesina”, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália, equivalente ao Itamaraty. Agora, cabe ao governo italiano analisar o pedido. A área diplomática da Itália encaminhará o pedido ao Ministério da Justiça italiano que, em seguida, o enviará para o Judiciário do país.

Entenda

Em maio, a Primeira Turma do Supremo condenou Carla Zambelli, por unanimidade, a dez anos de prisão por orquestrar a invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em dezembro de 2023. Na época, ela procurou Walter Delgatti, conhecido como o hacker de Araraquara, para ele invadir os sistemas do Conselho Nacional de Justiça e emitir um mandato falso de prisão contra o ministro do STF

e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

Após ser condenada pelo colegiado do STF, Zambelli fugiu do Brasil. Em entrevista à rádio Auriverde no começo do mês ela confirmou que estava na Europa, alegando que saiu para realizar tratamentos médicos. Todavia, ela admitiu que a condenação no Supremo influenciou sua decisão de deixar o país. Como ela tem cidadania italiana, o plano inicial dela era se mudar para a Itália, onde ela acreditava estar protegida.

Contudo, a pedido da Polícia Federal (PF), o nome dela foi adicionado na lista de difusão vermelha da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal). A partir desse momento, ela virou uma fugitiva internacional e pode ser presa em qualquer país.

CORREIO BASTIDORES

POR TALES FARIA (interino)



Tarcísio Freitas recebe aliados de Bolsonaro em SP

Bolsonaro incomunicável perde comando da direita

O Supremo Tribunal Federal (STF) não decidirá apenas pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. A avaliação na cúpula de seu próprio partido, o PL, é de que os ministros da Corte também impedirão que ele mantenha o comando sobre as forças de direita no país.

A família Bolsonaro acha fundamental asse-

gurar este poder. Para isso, os filhos já sondaram apenas pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. A avaliação na cúpula de seu próprio partido, o PL, é de que os ministros da Corte também impedirão que ele mantenha o comando sobre as forças de direita no país.

Mas antigos aliados de Bolsonaro no seu núcleo partidário consideram que ele ficará praticamente incomunicável sem acesso às redes sociais, que são a grande força do bolsonarismo. Sem isso, será impossível manter o controle que hoje detém sobre a direita.

Tarcísio leva

Os defensores da candidatura presidencial do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, apostam que, sem redes sociais e sem ter como manter o comando da direita, Bolsonaro verá seu eleitorado dividido. Será obrigado, então a passar o bastão para Tarcísio.

STF versus Fux

Ministros do Supremo Tribunal Federal que formam maioria pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro têm se mostrado decepcionados com o colega Luís Fux. Para eles, Fux funcionou como linha auxiliar da defesa durante o depoimento de Bolsonaro.

Senadores rejeitam relatório de Thronicke na CPI das Bets

Por Gabriela Gallo

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets rejeitaram, nesta quinta-feira (12), o relatório final da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), por quatro votos contra e três votos favoráveis. Com isso, se encerrou as atividades da CPI das Bets, que atuou durante sete meses no Senado Federal, sem uma conclusão. Esta foi a primeira vez, em dez anos, que um relatório de uma CPI é rejeitado. A relatora da comissão enviou um requerimento solicitando que os trabalhos da comissão fossem prorrogados, mas o pedido foi negado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Votaram contra o relatório de Thronicke os senadores Eduardo Gomes (PL-TO), Angelo Coronel (PSD-BA), Efraim Filho (União Brasil-PB) e a senadora Professora Dorinha (União Brasil-TO). Além da própria Soraya, os senadores Alessandro Vieira (MDB-SE) e Eduardo Girão (Novo-CE) votaram favoráveis ao relatório final apresentado.

Porém, apesar da maioria do colegiado ter definido a rejeição do relatório final, Soraya Thronicke informou que encaminhará o documento, com 541 páginas, para as principais autoridades competentes sobre o caso. Dentre elas, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski; o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o secretário nacional de Defesa do Consumidor, Wadih Damous, e a secretária especial de Prêmios e Apostas, vinculada ao Ministério da Fazenda, Regis Dudena.

“Mesmo quando uma CPI



Geraldo Magela/Agência Senado

Thronicke levará conclusões às autoridades

aprova um relatório, cabe à Polícia Federal e ao Ministério Público decidir se avançam. Foi assim na CPI da Covid-19 e na CPMI do 8 de Janeiro. A diferença agora é que temos autoridades comprometidas com a responsabilização dos envolvidos”, destacou Soraya.

“Não podemos nos omitir diante de tudo o que foi apurado. Tive acesso a provas graves, que indicam claramente a ocorrência de crimes. Tenho a obrigação de seguir com esse trabalho e não deixarei que tudo isso seja engavetado. O Brasil sabe que a CPI não acabou em pizza — e eu não sou pizzaiola”, reiterou a parlamentar.

Relatório

O documento rejeitado pelo colegiado previa 16 indiciamentos, desde pessoas físicas até empresas. Dentre nomes que podem ser indiciados (já que o documento ainda será analisado pelas autoridades competentes) estão as influenciadoras digitais Virgínia Fonseca, pelos crimes

de estelionato e propaganda enganosa, e Deolane Bezerra por estelionato, exploração não autorizada de jogos de azar, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa.

O documento ainda traz consigo 20 projetos de lei para conter os danos causados pelas apostas online. Dentre elas, a proibição de jogos semelhantes a caça-níqueis (como o “Jogo do Tigrinho”), na intenção de não afetar as apostas esportivas de tempo real. A medida ainda decreta a proibição de apostas online por pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), especialmente após um levantamento do Banco Central apontar que, somente em agosto de 2024, cinco milhões de beneficiários do programa Bolsa Família destinaram R\$ 3 bilhões às casas de apostas virtuais.

Quando as propostas de fiscalização das apostas virtuais, há também a sugestão de um projeto de lei que amplia a atuação e os poderes da Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), um que veda a concessão de benefícios fiscais para casas de apostas e outro que cria um cadastro nacional de apostadores.

Críticas

Durante a última sessão da CPI das Bets, o Primeiro vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO), alegou que o relatório se trata de uma “politicização” das CPIs. Ele ainda criticou os pedidos de indiciamentos solicitados, visto que parte dos alvos já respondem a investigações na Justiça.

“É como se a CPI estivesse querendo mudar o tempero do almoço de ontem, porque tem investigação da Polícia Federal, tem investigação do Ministério Público. As pessoas são publicamente expostas porque é da origem de estimular jogo quem tem visibilidade, que foi algo que a gente viu aqui. O que é central nessa CPI, ela cumpriu. Ela trouxe quem quis vir, ela não tem obrigação de conduzir bandido e tomar determinadas medidas que a própria Polícia Federal não tem amparo legal para fazer, por que um parlamentar vai fazer?”, questionou Gomes.

O senador Angelo Coronel, por outro lado, alega que os parlamentares não tiveram tempo suficiente para avaliar o relatório, protocolado nesta terça-feira (10). “Quando você traz uma pessoa para a CPI, você o execra, já vira bandido. Tem empresário aí que vai trazer divisas para o país, mas, pelo ‘compliance’ [regras de boas práticas nos negócios], ele vai terminar com o negócio desfeito porque está na CPI. Não me sinto confortável para votar o que não li”, disse Coronel.



PP e União Brasil anunciam que são contra impostos

Governo e oposição fazem jogo de cena na briga do IOF

Assim que os líderes do União Brasil e do Partido Progressistas anunciaram o fechamento de questão das duas bancadas contra a aprovação de qualquer aumento de impostos, a coluna procurou um líder do governo para saber como o Planalto ia fazer para sair da encrenca.

“Isso tudo é puro jogo de cena. Não interessa a

ninguém que esse jogo fique embaralhado”, disse o líder.

De fato, há muito tempo para os dois lados negociarem a solução. A medida Provisória tem 120 dias para ser votada. Só tranca a pauta a partir do segundo semestre. E o centrão negocia colocar como relator o deputado petista Carlos Zaratini (SP).

Emendas

Procurado pela coluna, Carlos Zaratini diz que espera mesmo ser nomeado relator: “Foi combinado.” Diz que não vê problema para aprovação da MP. E lembra que o governo já está pagando as emendas parlamentares cujo bloqueio é causa de todo o mal estar no Congresso.

Saída na nota

A nota em que União Brasil e PP anunciaram o fechamento de questão deixou aberta uma pista de qual será o acordo. Texto diz que partidos fecharão questão contra aumento de impostos que “não venha acompanhado de uma vigorosa e crível lista de cortes”.

Calma Haddad!

Lula telefonou de fato para o ministro da Fazenda, se solidarizando contra o bullying dos bolsonaristas no Congresso. Mas no Palácio do Planalto já surgem preocupações com a falta de paciência de Fernando Haddad. No início do governo ele negociava com mais calma.

“Vamos à rua!”

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, deixa claro que a briga pela MP serve como discurso eleitoral: “A oposição defende cortar impostos do andar e cima e investimentos para os pobres. Nós vamos à rua e quero ver se eles manterão esse discurso.”